



PARECER DA COMISSÃO LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

EMENTA: PROJETO DE LEI QUE INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL NO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vem à apreciação da comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Timbaúba, Estado de Pernambuco, o **Projeto de Lei nº 004/2025**, de autoria do Vereador Luiz Apolinário Neto, que dispõe sobre a *"instituição do programa de proteção e bem-estar animal"* no Município de Timbaúba/PE, e dá outras providências.

Dessa forma, no desempenho de suas atribuições institucionais, esta Comissão examinou os aspectos formais do projeto em questão, verificando sua redação, técnica legislativa, e conformidade com as normas e princípios constitucionais.

Constatou-se que o projeto está devidamente instruído e fundamentado, atendendo aos requisitos formais exigidos para sua tramitação. Portanto, não há que se falar em qualquer impedimento formal para a continuidade de sua tramitação.

Cumpre-nos destacar que inexistente qualquer vício de natureza material, uma vez que o art. 30, inciso I, da Constituição Federal determina que compete aos Municípios legislar sobre assunto de interesse local.

Nesse sentido, a proteção animal, embora também seja tratada em níveis federal e estadual, é, de igual modo, considerado um tema de interesse local, uma vez que os impactos da convivência com os animais, a presença de animais de rua, e a criação de políticas públicas de proteção e bem-estar animal variam de acordo com a realidade de cada município.

A ordem de dia da reunião

Em única discursão

Sala das Sessões 24 / 03 / 20 25


Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAUBA

Aprovado em única discursão

Unanimidade dos Presentes

Sala das Sessões 24 / 03 / 20 25


Presidente

Vem à apreciação da comissão de Legislação, Justiça e Defesa da Câmara Municipal de Timbauba, Estado de Pernambuco, o Projeto de Lei nº 0042025 de autoria do Vereador Luiz Apolinário Neto, que dispõe sobre a instituição do programa de proteção e bem-estar animal no Município de Timbauba/PE, e dá outras providências.

Esta forma, no desempenho de suas atribuições institucionais, esta Comissão examinou os aspectos formais do projeto em questão, verificando sua redação, estrutura legislativa e conformidade com as normas e princípios constitucionais.

Constatou-se que o projeto está devidamente instruído e fundamentado, atendendo aos requisitos formais exigidos para sua tramitação. Portanto, não há que se falar em qualquer impedimento formal para a continuidade de sua tramitação.

Cumpra-se nos termos que insiste qualquer vício de natureza material, uma vez que o art. 30, inciso II, da Constituição Federal determina que compete aos Municípios legislar sobre assunto de interesse local.

Nessa ordem, a proteção animal, embora também seja incluída em nível federal e estadual, é, de igual modo, considerado um tema de interesse local, uma vez que os aspectos de convivência com os animais, a presença de animais de rua, e a criação de políticas públicas de proteção e bem-estar animal variam de acordo com a realidade de cada município.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PERNAMBUCO

CASA DR. MANOEL BORBA

Ademais, os Tribunais Superiores, sendo eles o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), têm reafirmado a competência dos Municípios para legislar sobre proteção animal. Nessa esteira, a jurisprudência das Cortes tem-se afirmado que, no âmbito local, o Município pode editar normas que tratem de aspectos específicos da convivência com animais, desde que não contrariem a Constituição ou as Leis Federais e Estaduais.

Nesse cenário, o art. 23 da Constituição Federal dispõe sobre a competência comum administrativa que possibilita aos Municípios, Estados e União atuar em diversas áreas, incluindo a proteção do meio ambiente e o bem-estar de animais.

Desta feita, de acordo com o ordenamento jurídico vigente, a proteção animal é, sem dúvida, um tema de interesse local, e os Municípios têm plena capacidade para legislar, regulamentar e fiscalizar a convivência dos cidadãos com os animais, promovendo o bem-estar e a saúde pública, sempre respeitando a legislação federal e estadual sobre o tema.

Sendo assim, a proposição legislativa está em consonância com a Constituição Federal, bem como o ordenamento jurídico vigente e, por conseguinte, não existindo qualquer vício formal ou material no Projeto de Lei em apreço.

Desta feita, ante todo o exposto, opinamos pela **viabilidade da continuidade de tramitação do Projeto de Lei em apreço**, uma vez que uma vez que inexistente óbice legal ou constitucional à sua apreciação pelo Plenário.

Sala das Comissão da câmara municipal de Timbaúba, 18 de Março de 2025

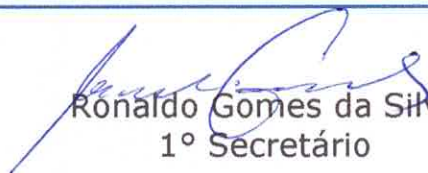

Luiz Apolinário Neto
Presidente

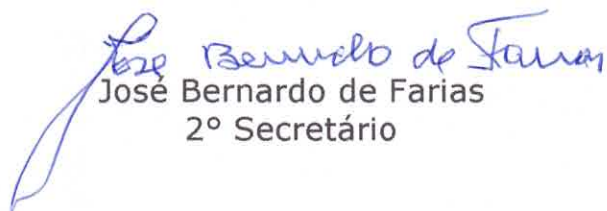


CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PERNAMBUCO

CASA DR. MANOEL BORBA


Ronaldo Gomes da Silva
1º Secretário


José Bernardo de Farias
2º Secretário



PROJETO DE LEI Nº 004/ 2025

EMENTA: Institui o **Programa Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal** no município de Timbaúba, estabelecendo diretrizes para controle populacional, fornecimento de suporte a ONGs e protetores independentes, além da promoção de ações educativas e de saúde animal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA, APROVOU E O SR. PREFEITO SANCIONA O SEGUINTE PROJETO DE LEI

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal, destinado a garantir o controle populacional de animais em situação de rua, fornecer suporte às ONGs e protetores independentes, e promover ações educativas voltadas à conscientização da população.

Art. 2º O Programa será coordenado pelo Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria responsável pelo meio ambiente e proteção animal, podendo firmar parcerias com entidades públicas e privadas para a execução de suas ações.

CAPÍTULO II – DA DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS

Art. 3º Fica autorizada a destinação de uma porcentagem específica de medicamentos veterinários essenciais para ONGs, associações e cuidadores particulares legalmente constituídos e cadastrados junto ao município, que desempenhem atividades de proteção animal.

Parágrafo único. Os cuidadores particulares deverão atender aos critérios apresentados pelas respectivas secretarias responsáveis, para usufruir dos benefícios desta lei.

Art. 4º A regulamentação da distribuição dos medicamentos será definida pelo Poder Executivo, considerando critérios como número de animais atendidos, capacidade estrutural da ONG, associação e cuidador particular e prestação de contas referente à utilização dos medicamentos.

Art. 5º O município poderá firmar convênios com clínicas veterinárias, universidades e laboratórios para viabilizar o fornecimento contínuo e adequado de medicamentos veterinários, incluindo, mas não se limitando a:



- I. **Antibióticos:** Amoxicilina, Doxiciclina, Enrofloxacina, Cefalexina;
II. **Anti-inflamatórios:** Meloxicam, Carprofeno, Prednisolona, Cetoprofeno; III. **Vermífugos:** Albendazol, Fenbendazol, Ivermectina; IV. **Analgésicos:** Dipirona, Tramadol.

CAPÍTULO III – DO PROGRAMA DE CASTRAÇÃO TRIMESTRAL

Art. 6º Fica instituído o Programa de Castração Trimestral, com o objetivo de reduzir a superpopulação de animais em situação de rua e minimizar riscos sanitários.

Art. 7º As castrações serão realizadas gratuitamente para cães e gatos pertencentes a famílias de baixa renda, animais resgatados por ONGs e associações cadastradas e protetores credenciados ao município.

Art. 8º O município deverá assegurar ampla divulgação do cronograma de castração, incluindo critérios para inscrição e locais de realização dos procedimentos.

Art. 9º O Programa poderá ser executado em parceria com universidades, clínicas veterinárias e profissionais da área, por meio de incentivos fiscais e convênios.

CAPÍTULO IV – DO SISTEMA DE NOTIFICAÇÃO DE ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE RUA

Art. 10º Fica instituído o Sistema Municipal de Notificação de Animais em Situação de Rua, que possibilitará a comunicação entre os munícipes e as ONGs, associações ou cuidadores particulares cadastrados para facilitar o resgate e acolhimento dos animais.

Art. 11º A Prefeitura deverá disponibilizar canais de atendimento via telefone, aplicativo móvel e website oficial, onde as ONGs, associações e protetores particulares poderão informar a localização de animais abandonados ou em risco para serem tomadas as devidas providências.

Parágrafo Único. Fica instituído que os animais resgatados serão de responsabilidade das ONGs, associações e cuidadores particulares cuidar e enviar para adoção.

Art. 12º O município será responsável por estruturar uma rede de assistência para o encaminhamento desses animais, garantindo que sejam atendidos pelas ONGs, associações e cuidadores particulares.



CAPÍTULO V – DA EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

Art. 13º Fica instituído o Programa de Educação e Conscientização para a Posse Responsável e Bem-Estar Animal, a ser desenvolvido em escolas municipais e por meio de campanhas educativas.

Art. 14º As campanhas deverão abordar temas como:

- I. Adoção responsável;
- II. Consequências do abandono e maus-tratos;
- III. Importância da castração;
- IV. Direitos e deveres dos tutores de animais.

CAPÍTULO VI – DAS PENALIDADES

Art. 15º O descumprimento das disposições previstas nesta lei poderá resultar em sanções administrativas, incluindo multa e restrição ao recebimento de benefícios municipais.

Art. 16º Em casos de maus-tratos e abandono, serão aplicadas penalidades conforme previstas na legislação federal vigente, incluindo a **Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais)**.

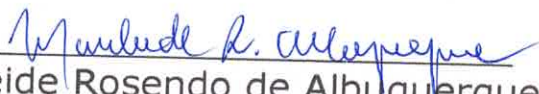
CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Ressalta-se que os recursos destinados aos medicamentos veterinários são de origem federal, **não gerando despesas ao município**.

Art. 18º O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei no que couber, mediante decreto.

Art. 19º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Timbaúba, em 09 de abril de 2025


Marileide Rosendo de Albuquerque
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PERNAMBUCO

CASA DR. MANOEL BORBA

PROJETO DE LEI Nº 004/2025

EMENTA: Institui o **Programa Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal** no município de Timbaúba, estabelecendo diretrizes para controle populacional, fornecimento de suporte a ONGs e protetores independentes, além da promoção de ações educativas e de saúde animal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA, APROVA E O SENHOR PREFEITO SANCIONA O SEGUINTE

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal, destinado a garantir o controle populacional de animais em situação de rua, fornecer suporte às ONGs e protetores independentes, e promover ações educativas voltadas à conscientização da população.

Art. 2º O Programa será coordenado pelo Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria responsável pelo meio ambiente e proteção animal, podendo firmar parcerias com entidades públicas e privadas para a execução de suas ações.

CAPÍTULO II – DA DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS

Art. 3º Fica autorizada a destinação de uma porcentagem específica de medicamentos veterinários essenciais para ONGs, associações e cuidadores particulares legalmente constituídos e cadastrados junto ao município, que desempenhem atividades de proteção animal.

Parágrafo único. Os cuidadores particulares deverão atender aos critérios apresentados pelas respectivas secretarias responsáveis, para usufruir dos benefícios desta lei.

*Recebido
28/02/2025
HCO*

A Comissão de Legislação,
Justiça e Redação
Sala das Sessões 18 / 03 / 20 25

Presidente

A ordem do dia da reunião

Em 1ª discursão

Sala das Sessões 31 / 03 / 20 25

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAUBA

Aprovado em 1ª discursão

Unanimidade

Sala das Sessões 31 / 03 / 20 25

Presidente

A ordem do dia da reunião

Em 2ª discursão

Sala das Sessões 04 / 04 / 20 25

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAUBA

Aprovado em 2ª discursão

Unanimidade

Sala das Sessões 04 / 04 / 20 25

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PERNAMBUCO

CASA DR. MANOEL BORBA

Art. 4º A regulamentação da distribuição dos medicamentos será definida pelo Poder Executivo, considerando critérios como número de animais atendidos, capacidade estrutural da ONG, associação e cuidador particular e prestação de contas referente à utilização dos medicamentos.

Art. 5º O município poderá firmar convênios com clínicas veterinárias, universidades e laboratórios para viabilizar o fornecimento contínuo e adequado de medicamentos veterinários, incluindo, mas não se limitando a:

- I. **Antibióticos:** Amoxicilina, Doxiciclina, Enrofloxacin, Cefalexina;
- II. **Anti-inflamatórios:** Meloxicam, Carprofeno, Prednisolona, Cetoprofeno;
- III. **Vermífugos:** Albendazol, Fenbendazol, Ivermectina;
- IV. **Analgésicos:** Dipirona, Tramadol.

CAPÍTULO III – DO PROGRAMA DE CASTRAÇÃO TRIMESTRAL

Art. 6º Fica instituído o Programa de Castração Trimestral, com o objetivo de reduzir a superpopulação de animais em situação de rua e minimizar riscos sanitários.

Art. 7º As castrações serão realizadas gratuitamente para cães e gatos pertencentes a famílias de baixa renda, animais resgatados por ONGs e associações cadastradas e protetores credenciados ao município.

Art. 8º O município deverá assegurar ampla divulgação do cronograma de castração, incluindo critérios para inscrição e locais de realização dos procedimentos.

Art. 9º O Programa poderá ser executado em parceria com universidades, clínicas veterinárias e profissionais da área, por meio de incentivos fiscais e convênios.

CAPÍTULO IV – DO SISTEMA DE NOTIFICAÇÃO DE ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE RUA

Art. 10º Fica instituído o Sistema Municipal de Notificação de Animais em Situação de Rua, que possibilitará a comunicação entre os munícipes e as ONGs, associações ou cuidadores particulares cadastrados para facilitar o resgate e acolhimento dos animais.

Art. 11º A Prefeitura deverá disponibilizar canais de atendimento via telefone, aplicativo móvel e website oficial, onde as ONGs, associações e protetores particulares poderão informar a localização de animais abandonados ou em risco para serem tomadas as devidas providências.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PERNAMBUCO

CASA DR. MANOEL BORBA

Parágrafo Único. Fica instituído que os animais resgatados serão de responsabilidade das ONGs, associações e cuidadores particulares cuidar e enviar para adoção.

Art. 12º O município será responsável por estruturar uma rede de assistência para o encaminhamento desses animais, garantindo que sejam atendidos pelas ONGs, associações e cuidadores particulares.

CAPÍTULO V – DA EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

Art. 13º Fica instituído o Programa de Educação e Conscientização para a Posse Responsável e Bem-Estar Animal, a ser desenvolvido em escolas municipais e por meio de campanhas educativas.

Art. 14º As campanhas deverão abordar temas como:

- I. Adoção responsável;
- II. Consequências do abandono e maus-tratos;
- III. Importância da castração;
- IV. Direitos e deveres dos tutores de animais.

CAPÍTULO VI – DAS PENALIDADES

Art. 15º O descumprimento das disposições previstas nesta lei poderá resultar em sanções administrativas, incluindo multa e restrição ao recebimento de benefícios municipais.

Art. 16º Em casos de maus-tratos e abandono, serão aplicadas penalidades conforme previstas na legislação federal vigente, incluindo a **Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais)**.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Ressalta-se que os recursos destinados aos medicamentos veterinários são de origem federal, **não gerando despesas ao município**.

Art. 18º O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei no que couber, mediante decreto.

Art. 19º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
PERNAMBUCO
CASA DR. MANOEL BORBA

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Timbaúba, em 28 de fevereiro de 2025.


Luiz Apolinário Neto
AUTOR



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PERNAMBUCO

CASA DR. MANOEL BORBA

Justificativa:

Senhores (as) Vereadores (as)

Este projeto de lei, de iniciativa do **vereador Luiz Apolinário Neto**, visa fortalecer as políticas públicas voltadas à proteção e ao bem-estar dos animais no município de Timbaúba. A criação de um programa de castração trimestral, a distribuição de medicamentos veterinários e a implementação de um sistema de notificação são medidas fundamentais para combater o abandono e garantir a saúde animal.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, §1º, inciso VII, estabelece que é dever do poder público "proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade". Este dispositivo constitucional impõe ao município a responsabilidade de implementar políticas que impeçam maus-tratos e promovam o bem-estar animal.

O Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934, pioneiro na proteção animal no Brasil, dispõe sobre medidas de proteção aos animais e proíbe práticas que lhes causem sofrimento. Este decreto reforça a necessidade de ações concretas para assegurar a integridade física e mental dos animais.

A Lei Federal nº 13.426, de 30 de março de 2017, dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos, determinando que "os programas de controle reprodutivo deverão ser executados por médicos veterinários e através de métodos que impeçam a procriação, garantindo o bem-estar do animal". Esta legislação federal orienta os municípios a adotarem programas de esterilização como medida de saúde pública e controle populacional.

Além disso, a **Lei Federal nº 14.064, de 29 de setembro de 2020**, altera a **Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais)** para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato, evidenciando a gravidade atribuída a tais condutas e a necessidade de políticas preventivas.

Portanto, a implementação do Programa Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal em Timbaúba está em consonância com a legislação vigente, atendendo aos preceitos constitucionais e infraconstitucionais que visam à proteção dos animais e à promoção da saúde pública. A adoção de medidas como controle populacional, distribuição de medicamentos veterinários e campanhas educativas reflete o compromisso do município com o bem-estar animal e com a qualidade de vida de sua população.